



Poder Executivo do Município de Belo Horizonte
Controladoria-Geral do Município - CTGM

MANHÃ

AUDITOR INTERNO
DIREITO

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm 4 (**quatro**) opções de resposta (A, B, C e D) e somente uma delas está correta;



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

GRUPO 1 - CONHECIMENTOS GERAIS**Língua Portuguesa****1**

As frases a seguir mostram termos sublinhados que retomam termos anteriores. Assinale a frase em que o tipo de retomada está corretamente identificado.

- (A) Luís Filipe acaba de comprar três esferográficas, dois lápís e folhas de papel pautado. Ele necessita desses artigos para suas anotações arqueológicas. / Sinônimo.
- (B) Cristiane comprou recentemente novos patins. Os seus velhos já não cabiam mais. / Hiperônimo.
- (C) Desde alguns anos, nos foram indicados vários produtos para substituírem a aspirina. Entretanto esse medicamento permanece eficaz em muitas circunstâncias. / Grupo nominal.
- (D) A mulher ocupa mais e mais seu lugar em nossa sociedade. Não é raro ver mulheres ocupando cargos de chefia. / Repetição de termos com flexão diferente.

2

Todas as frases abaixo mostram um grupo nominal formado por substantivo + adjetivo. Assinale a frase em que a troca de posição entre os dois modifica o sentido do grupo.

- (A) A agricultura fomenta a sensatez, sensatez de excelente índole.
- (B) Nenhum pássaro voa alto demais se voa com as próprias asas.
- (C) O trabalho do lavrador é o trabalho natural do homem, o único que acalma as paixões e vigoriza o corpo.
- (D) Lembrai-vos que as mais belas coisas do mundo são as mais inúteis: lírios e pavões, por exemplo.

3

Assinale a opção que mostra a frase em que o emprego do pronome sublinhado está inadequado.

- (A) É uma coisa terrível para um intelectual quando ele encara uma ideia como uma realidade.
- (B) Uma ideia não é responsável por pessoas que acreditam nela.
- (C) A principal função do educador é cuidar para que ele não confunda o bem com a passividade e o mal com a atividade.
- (D) Se você quiser civilizar alguém, comece pela avó dele.

4

Assinale a frase que se apresenta inteiramente coerente.

- (A) Não me lembro do que ele morreu. Só me lembro que não era nada sério.
- (B) Minha certidão de nascimento é velha, mas não a minha idade.
- (C) Casa, comida e diamantes – isso é essencial, o resto é supérfluo.
- (D) A única maneira de conter esta onda de suicídios é fazer com que seja um crime punido com pena de morte.

5

As frases a seguir mostram uma comparação. Assinale a única frase em que a comparação feita não é seguida por uma explicação sobre ela.

- (A) A vida é um circo gratuito: basta você prestar atenção.
- (B) A alma humana é como a nuvem. Está sempre em movimento e mudando.
- (C) A vida é bicicleta com câmbio de dez velocidades. A maioria de nós tem marchas que nunca usa.
- (D) A maioria das pessoas são como os alfinetes: suas cabeças não são o mais importante.

Administração Pública**6**

O Art. 37 da Constituição Federal de 1988 estabeleceu os princípios da Administração Pública que constituem a base para uma administração transparente, responsável e comprometida com o bem-estar coletivo.

Relacione os princípios listados a seguir às suas respectivas definições.

- | | | |
|-------------------|-----|-------------------------------------|
| 1. Legalidade | () | correlato à probidade. |
| 2. Impessoalidade | () | norte em prol do interesse público. |
| 3. Eficiência | () | foco da ciência da Administração. |
| 4. Moralidade | () | oposto à autonomia da vontade. |

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 2 – 3.
- (C) 4 – 2 – 3 – 1.
- (D) 4 – 3 – 2 – 1.

7

A estrutura do aparelho público brasileiro compreende a administração direta e a indireta, delineando as formas pelas quais o Estado organiza suas atividades.

Assinale a opção que apresenta as características de uma *sociedade de economia mista*.

- (A) Executa atividades econômicas, algumas delas típicas da iniciativa privada e outras, assumidas pelo Estado como serviços públicos.
- (B) Presta serviços públicos comerciais e industriais do Estado.
- (C) Fornece serviços e promove ações colaborativas entre dois ou mais entes federativos com o propósito de atender ao interesse coletivo e proporcionar benefícios públicos.
- (D) Desempenha atividades típicas do Estado.

8

A delegação de serviços públicos a terceiros visa à eficiência na prestação de determinadas atividades, envolvendo a transferência responsável para entidades privadas, enquanto o Estado mantém a supervisão e a fiscalização para garantir o interesse público.

Com relação à delegação de serviços públicos a terceiros, analise as afirmativas a seguir.

- I. A cooperação entre o Estado, as empresas e o terceiro setor melhora o equilíbrio social entre os diferentes atores.
- II. As formas de colaboração manifestam-se de diferentes maneiras, desde contratos até modalidades informais.
- III. As parcerias público-privadas (PPPs), os consórcios e a coprodução de serviços públicos são exemplos de delegação de serviços públicos a terceiros.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

9

As Parcerias Público-Privadas (PPPs) emergem como uma estratégia que possibilita aprimorar a eficiência do setor público, resultando em um desempenho superior sem necessariamente aumentar os custos das operações governamentais.

Com relação às PPPs, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () As empresas passam a demonstrar interesse na concessão de empreendimentos e serviços públicos que não seriam viáveis apenas com a remuneração proveniente dos usuários.
- () O Estado de Minas Gerais foi pioneiro ao instituir legislação e estabelecer uma estrutura específica para as PPPs em 2003, antecipando-se mesmo à legislação federal.
- () Apesar do papel de destaque dos estados no desenvolvimento de projetos de PPPs, a implementação desse modelo nos municípios ainda é incipiente.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.

10

A Lei nº 12.527/2011, e suas alterações, fundamentam a Transparência Pública e o Acesso à Informação, promovendo a disponibilidade de dados governamentais e garantindo o direito do cidadão de obter informações sobre as ações e decisões do poder público.

Assinale a opção que apresenta o conceito de primariedade.

- (A) Qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- (B) Qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- (C) Qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.
- (D) Qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

11

A Lei nº 13.709/2018, e suas alterações, estabelece as bases para a Proteção Geral de Dados, assegurando o controle e a privacidade das informações pessoais dos cidadãos no contexto das atividades realizadas por entidades públicas e privadas.

Com relação à Proteção Geral de Dados, analise as afirmativas a seguir.

- I. A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamento a autodeterminação informativa.
- II. A Lei se aplica ao tratamento de dados pessoais, realizado para fins exclusivamente jornalísticos.
- III. A Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente acadêmicos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

12

A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, promulgada em 1990, delinea a estrutura da Prefeitura, estabelecendo bases organizacionais e funcionais para a gestão municipal.

Assinale a opção que apresenta uma competência singular do Município.

- (A) Difundir a seguridade social, a educação, a cultura, o desporto, a ciência e a tecnologia.
- (B) Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- (C) Promover programas de construção de moradias, a melhoria das condições habitacionais e o saneamento básico.
- (D) Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

13

A Lei nº 11.065/2017, suas alterações e regulamentos, define a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo Municipal, estabelecendo as diretrizes e competências para uma gestão eficiente e transparente no âmbito municipal.

Com relação à estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo Municipal, analise as afirmativas a seguir.

- I. A subordinação administrativa refere-se à relação hierárquica entre secretarias e órgãos autônomos com o prefeito, assim como entre as unidades administrativas e os titulares dos órgãos e entidades aos quais estão subordinados.
- II. A subordinação técnica caracteriza-se pela relação hierárquica entre um órgão ou unidade e outro, independentemente da existência de relação de subordinação administrativa.
- III. Os Conselhos Deliberativos Distritais de Participação Popular constituem um instrumento participativo da população nas ações governamentais regionalizadas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

Direito Financeiro e Finanças Públicas

14

O Art. 165 da Constituição Federal de 1988 prevê o PPA, a LDO e a LOA como leis de iniciativas do Poder Executivo.

Em relação a estas normas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Tratam-se de leis ordinárias que estabelecem as normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como, das condições para a instituição e o funcionamento de fundos.
- (B) A administração pública, visando à sustentabilidade do endividamento, possui a faculdade de executar aquém do previsto na programação orçamentária, mas nunca além desta previsão.
- (C) A LOA prevê o orçamento de investimento das empresas nas quais a União, direta ou indiretamente, detenha participação.
- (D) A observância aos resultados do monitoramento e da avaliação das políticas públicas consiste em inovação inserida na elaboração dos instrumentos orçamentários, a partir da Emenda Constitucional nº 109/2021.

15

Considerando os diversos estágios da despesa pública, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A opção pelo cálculo de *indicadores de despesa* com base em valores empenhados pode ser considerada uma estratégia conservadora do gestor público, já que, em regra, tais valores implicarão em estimativas de despesa maiores que os obtidos com dados liquidados ou pagos.
- (B) A *liquidação da despesa* consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, portanto, ocorre apenas após o seu pagamento.
- (C) Para cada empenho será extraído um documento denominado *nota de empenho*, que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- (D) A *nota de empenho* é um dos requisitos para a liquidação da despesa pública.

16

Em relação à *flexibilidade para alterações* no projeto da Lei Orçamentária Anual do setor público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Uma vez elaborado, o projeto da LOA é imutável no exercício para o qual é previsto.
- (B) As emendas parlamentares consistem no mecanismo por meio do qual é possível alterar tanto a receita estimada quanto a despesa fixada no orçamento do setor público.
- (C) O orçamento impositivo prevê a faculdade de se aprovar emendas parlamentares individuais ao projeto de lei orçamentária anual até o limite de 1,2% da receita corrente líquida (RCL) prevista no projeto de lei orçamentária encaminhado pelo Poder Executivo para aquele exercício financeiro.
- (D) A fim de evitar favorecimentos políticos, apenas as emendas parlamentares de comissão possuem caráter obrigatório.

17

A preocupação com o equilíbrio financeiro do setor público a partir do controle dos gastos com pessoal ganhou força a partir da implementação das então denominadas Leis Camata I e II.

A partir delas, a Lei Complementar nº 101/2000 evoluiu, propondo maior rigor no cumprimento dos limites para gastos dessa natureza.

Em nível municipal, como proporção da Receita Corrente Líquida (RCL),

- (A) 6,0% e 5,7% da RCL, são os limites máximo e prudencial, respectivamente, para o poder Legislativo municipal.
- (B) 51,3% da RCL, o limite prudencial, e 60,0% da RCL, o limite máximo para gastos com pessoal do poder Executivo.
- (C) 200% da RCL é o limite para o endividamento do setor público municipal.
- (D) 60,0% e 6,0%, são os limites máximos de gastos com pessoal dos poderes Executivo e Legislativo, respectivamente.

18

A fragilidade financeira atual do setor público estimulou seus entes a lançarem mão de certos “expedientes” em práticas denominadas heterodoxas que envolvem principalmente a classificação das obrigações financeiras em rubricas que distorcem a realidade das contas públicas, ao apresentar indicadores que as subestimam.

Assinale a opção que apresenta o potencial mecanismo de gestão de resultados orçamentários e financeiros que reflete o contexto acima.

- (A) A crescente utilização das chamadas Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) para registro das obrigações financeiras.
- (B) A utilização da despesa empenhada ao invés da despesa liquidada para reduzir as estimativas dos indicadores relacionados à despesa corrente do setor público.
- (C) O aumento dos registros de despesas como Restos a Pagar Processados.
- (D) O aumento dos registros de despesas como Restos a Pagar Não-Processados.

19

A administração tributária das capitais, como a de Belo Horizonte, normalmente se torna mais complexa que a dos municípios de pequeno e médio porte, tanto pelo volume financeiro quanto pela quantidade de tributos instituídos, cada um com seu regramento.

Neste contexto, assinale a opção que apresenta o tributo do Município de Belo Horizonte que normalmente não é instituído em pequenos municípios em virtude, por exemplo, do elevado custo político para sua implementação.

- (A) O Imposto sobre Serviços (ISSQN).
- (B) A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos (TCR).
- (C) A Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CCIP).
- (D) O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

20

A Constituição Federal de 1988 destaca, entre os princípios da Ordem Econômica e Financeira, o da Função Social da Propriedade, que viabiliza, por exemplo, o parcelamento regular do solo e o respeito aos termos do Plano Diretor da cidade. Assim, esse princípio está alinhado com o que prevê a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte no seguinte aspecto:

- (A) a possibilidade de cobrar contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.
- (B) a competência para instituir imposto sobre a transmissão inter-vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
- (C) a competência para instituir o IPTU progressivo em terrenos improdutivos.
- (D) a competência sobre o ISS.

GRUPO 2 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Auditoria e Controle Interno e Externo

Atenção: o texto a seguir refere-se às duas próximas questões.

A Controladoria-Geral de Belo Horizonte recebeu denúncia relativa a suposto superfaturamento na execução de contrato administrativo tendo por objeto a construção de creche. O denunciante alega ainda que os sócios da sociedade empresária contratada possuíam relação de parentesco com dirigente do órgão contratante em nível de 2º grau.

21

Sobre a situação-problema apresentada no texto, assinale a opção que indica a medida a ser adotada pelo Controlador-Geral do Município de Belo Horizonte.

- (A) Deverá dar imediata ciência das irregularidades ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sob pena de responsabilidade solidária.
- (B) Deverá determinar a instauração de tomada de contas especial pela autoridade competente do órgão.
- (C) Deverá avocar competência e instaurar a tomada de contas especial.
- (D) Deverá encaminhar a denúncia ao órgão denunciado para que este apure as irregularidades.

22

No que concerne à *tipologia de controle*, assinale a afirmativa correta.

- (A) Quanto ao *aspecto*, o controle a ser exercido refere-se à eficiência.
- (B) Quanto ao *momento*, o controle caracteriza-se como preventivo.
- (C) Quanto à *amplitude*, o controle demonstra-se como de atividade.
- (D) Quanto ao *modo de desencadear*, o controle revela-se como provocado.

23

O Controle Interno apresenta-se como concretização do princípio da autotutela, pelo qual cabe à Administração Pública verificar a conformidade e a eficiência de seus atos.

Considerando os aspectos constitucionais do Controle Interno e a doutrina controladora, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O controle interno é realizado no âmbito dos órgãos executivos da Administração Pública dada a função típica do Poder Executivo, cabendo aos demais poderes, no cumprimento de suas funções típicas e atípicas, o controle de índole externa ou judicial.
- (B) O ordenamento constitucional, dada a heterogênea estrutura organizacional das entidades públicas, não estabeleceu um modelo único para o exercício do controle interno, fixando competências e exigindo composição sistêmica.
- (C) O apoio ao Controle Externo, que compete ao Controle Interno, é corolário da estrutura de controle financeira-operacional estatuída pela Carta Magna, evidenciando a necessária interlocução institucional entre estes como mecanismo de efetivação da *accountability* pública.
- (D) Cabe ao controle interno a verificação da proporção custo-benefício na realização das atividades e a verificação da eficácia de medidas na solução de problemas.

24

A titularidade do controle externo da atividade administrativa do Estado compete ao Legislativo, que recebeu da Constituição Republicana diversos mecanismos para o seu exercício.

Quanto ao controle parlamentar, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Compete à Câmara Municipal o julgamento das contas do Prefeito Municipal com base em parecer prévio do Tribunal de Contas, somente deixando de prevalecer a conclusão deste por decisão de dois terços dos membros da casa legislativa.
- (B) As Comissões Parlamentares de Inquérito possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo as suas conclusões serem encaminhadas ao Ministério Público para promoção da responsabilização civil ou criminal dos infratores.
- (C) O parlamentar, no exercício da fiscalização que lhe compete, pode determinar a realização de inspeção ou auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas nas unidades administrativas dos Poderes e Órgão Autônomos.
- (D) A atuação orçamentária-financeira do estado é apreciada de forma preventiva pelo Parlamento quando da aprovação das leis orçamentárias, bem como *a posteriori* no julgamento das contas.

25

As competências dos Tribunais de Contas são delimitadas pela Constituição Federal e pelas constituições estaduais, cabendo a estas observar os mandamentos daquela em simetria. Já a interpretação da Constituição Federal é de atribuição do Supremo Tribunal Federal.

Considerando tanto o texto da Carta Magna como a jurisprudência atualizada sobre controle externo, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo cabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo.
- (B) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- (C) A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, não se subordina à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- (D) Aos Tribunais de Contas é reconhecida prerrogativa para requisitar acesso a informações relacionadas a operações financiadas com recursos públicos, não havendo o que falar de sigilo bancário e empresarial.

26

O Decreto Municipal nº 16.738/2017, dispõe sobre a organização da Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte. Quanto às competências da Controladoria-Geral, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Compete à CTGM coordenar e executar as atividades relativas à disciplina de servidores e empregados públicos da administração direta e indireta do Poder Executivo.
- (B) Compete à CTGM supervisionar e executar as atividades de atendimento, recepção, encaminhamento e resposta às questões formuladas pelo cidadão, junto aos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.
- (C) Compete à CTGM instaurar e julgar investigações preliminares e processos administrativos de responsabilização de pessoa jurídica pela prática dos atos lesivos à administração pública municipal previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.
- (D) Compete à CTGM instaurar e julgar tomadas de contas especiais para apurar a responsabilidade de pessoa física, órgão ou entidade que derem causa à perda, ao extravio ou a outra irregularidade de que resulte, ou possa resultar, dano, ao erário, devidamente quantificado.

27

O Decreto Municipal nº 16.738/2017, dispõe sobre a organização da Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte.

Quanto às competências da Controladoria-Geral, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A CTGM é o órgão central do controle interno do Poder Executivo, sendo responsável por coordenar e executar a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados, quanto à eficácia e à eficiência da gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (B) A CTGM tem como atribuição a adoção de medidas necessárias à implementação e ao funcionamento integrado do sistema de controle interno.
- (C) A CTGM pode suspender cautelarmente, de ofício ou mediante provocação, em qualquer fase, procedimentos licitatórios e editais de concurso público, sempre que houver comprovação da ocorrência de fraude ou graves irregularidades.
- (D) A CTGM deve recomendar ao gestor competente que adote os procedimentos necessários para suspensão de contratos em execução, sempre que houver indícios de fraude ou graves irregularidades que exijam a medida.

28

A Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte é composta de subcontroladorias e diretorias, previstas no Decreto Municipal nº 16.738, de 06 de outubro de 2017.

Conforme este diploma, assinale a opção que indica atribuições comuns às subcontroladorias.

- (A) Coordenar a elaboração do plano anual de trabalho da unidade em consonância com o planejamento estratégico da CTGM.
- (B) Gerir e controlar a expedição de cartas citatórias, de intimações, de ofícios e de outros expedientes necessários ao regular trâmite processual.
- (C) Orientar e coordenar o planejamento e o desenvolvimento de ações voltadas para qualidade, produtividade e aprimoramento da gestão.
- (D) Promover a articulação e a integração, interna e externamente, para a implementação de programas e projetos de interesse da CTGM.

29

De acordo com o Manual de Auditoria da Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte integra a fase de planejamento do ciclo da auditoria interna a elaboração de uma *Matriz de Riscos e Controle – MRC*.

Quanto a verificação de riscos e controles em sede de auditoria governamental, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A Matriz de Riscos e Controles se propõe a ser um instrumento de gestão de riscos da área avaliada.
- (B) O risco inerente é aquele ao qual o objetivo estaria sujeito num cenário hipotético, no qual os controles existentes para mitigar os riscos são desconsiderados.
- (C) O nível de risco inerente é calculado em função da probabilidade do risco ocorrer e do impacto potencial que sua ocorrência poderia acarretar.
- (D) O risco residual é apurado após uma avaliação preliminar dos controles internos que atuam diretamente sobre os riscos.

30

Integra a Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte a Subcontroladoria de Auditoria (SUADI), que tem como competência auditar e fiscalizar internamente os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Para exercício de sua atribuição, esta estabeleceu e publicou manual relativo a trilhas de auditoria, tendo, por objetivo, definir um modelo conceitual e operacional para a padronização do processo de concepção, desenvolvimento, monitoramento e encerramento de trilhas de auditoria produzidas pela (SUADI).

Com base no Manual de Trilhas de Auditoria, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Considera-se como *Trilha de Auditoria* o método que permite a produção de informação estratégica, a partir da análise, de maneira integral, célere e objetiva, de dados oriundos de fontes diversas, de volumes variados, objetivando em última instância a melhoria do planejamento e a execução de auditorias, o monitoramento de riscos e indícios de inconformidades e o auxílio à tomada de decisão pelas áreas gerenciais e estratégicas da CTGM e de outros órgãos e entidades da Prefeitura de Belo Horizonte.
- (B) As *Trilhas Gerenciais* contextualizam informações ou apresentam um panorama do tema estudado e da distribuição de recursos, fornecendo indicadores para a gestão, além de propiciar suporte ao planejamento e execução de auditorias ou inspeções.
- (C) As *Trilhas Operacionais* apresentam possíveis indícios de vulnerabilidades, indicando alertas de plausíveis situações irregulares ou incongruentes por desviarem de padrões estabelecidos ou estarem em desacordo com instrumentos normativos.
- (D) As informações geradas por meio de *Trilhas de Auditoria* devem ser utilizadas de maneira específica, em contexto padronizado e relativas a atividades correlatas. Assim, as trilhas de auditoria podem atender finalidades semelhantes, gerando sinergia.

31

Segundo o Manual de Trilhas de Auditoria, as trilhas de auditoria são classificadas como gerenciais e operacionais.

Análise as características a seguir e classifique estas duas espécies de trilhas.

- I. Apresenta um cenário geral dos dados.
- II. Materializa um teste substantivo de auditoria baseado em dados.
- III. Identifica as variáveis envolvidas.
- IV. Identifica padrões a partir de critérios pré-definidos com o objetivo de identificar discrepâncias e/ou exceções.
- V. Identifica os quantitativos e medidas disponíveis.
- VI. Ajudar a definir o contexto e a amostra de auditoria ou inspeção.
- VII. Oferece aos gestores uma visão consolidada, gráfica ou esquematizada e mais ampla do conjunto de informações que ele não dispõe no sistema legado.
- VIII. Compartilha com os gestores a lista dos alertas encontrados.
- IX. Monitoramento contínuo do resultado dessa análise.

São características da trilha operacional, sem prejuízo de outras,

- (A) I, III, VII e IX, apenas.
- (B) II, IV, VIII e IX, apenas.
- (C) III, V, VIII e IX, apenas.
- (D) I, II, VI e VIII, apenas.

32

Sobre as fases de auditoria interna governamental e com base no Manual de Auditoria da Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte, assinale a afirmativa correta.

- (A) O *planejamento* é a fase preliminar da auditoria, na qual os auditores devem buscar obter o máximo de conhecimento e informações sobre a área ou processo, e tem por principal produto a Matriz de Riscos e Controle – MRC.
- (B) A fase de *execução* é o momento da realização dos procedimentos de auditoria propostos na fase anterior. Nesta fase é elaborado o documento Divulgação de Achados, sendo este enviado por meio de ofício ao dirigente máximo da unidade, com solicitação de resposta oficial.
- (C) A resposta à *divulgação de achados* pode apresentar um Plano de Ação para tratamento dos achados de auditoria. Esse Plano de Ação deve ser elaborado pela equipe de Auditoria Interna e pode contar com a colaboração dos gestores.
- (D) A *comunicação dos resultados* se materializa mediante Relatório de Auditoria, que deve conter as conclusões da Auditoria Interna, recomendações e/ou Planos de Ação. O relatório de auditoria é objeto de avaliação e parecer pelo dirigente do órgão ou da entidade auditada.

33

O plano de auditoria interna é o documento no qual são registradas as atividades que a unidade de auditoria interna pretende desenvolver em um determinado período, devendo ser preferencialmente baseado em riscos, o que significa que sua principal finalidade deve ser garantir a concentração dos trabalhos nos objetos de auditoria com maior exposição a ameaças que possam afetar o alcance dos seus objetivos.

Tendo por base a metodologia disposta no Manual de Auditoria da Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Para a definição dos objetos a serem auditados demonstra-se necessário conhecer a unidade auditada, os seus objetivos, as estratégias e os meios pelos quais ela monitora o seu desempenho e os processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos.
- (B) A definição do universo de auditoria demanda amplo conhecimento sobre o negócio das unidades auditadas, devendo ser previamente determinada para então ser aprofundada a compreensão quanto aos objetivos da organização e seus principais processos.
- (C) A avaliação da Maturidade da Gestão de Riscos visa a obter uma visão geral do quanto a administração determina, avalia, gerencia e monitora os riscos de forma harmoniosa com o arcabouço técnico adotado pela organização. Esse procedimento auxilia no seu processo de planejamento, pois dá uma indicação da confiabilidade do cadastro de riscos e auxilia na definição da estratégia de auditoria.
- (D) Além da seleção dos trabalhos com base em riscos, na elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna devem ser consideradas as expectativas da alta administração dos órgãos e entidades da Administração Municipal e demais partes interessadas.

34

Quanto à seleção dos trabalhos de auditoria com base em fatores de risco, assinale a afirmativa ***incorreta***.

- (A) Os fatores de risco são empregados para identificar a importância relativa das condições e eventos que poderiam afetar adversamente a organização, podendo ser classificados em quantitativos ou qualitativos.
- (B) Para a atribuição de alguma medida aos fatores de risco definidos se mostra necessário que haja dados disponíveis.
- (C) O que caracteriza os critérios quantitativos é que podem ser mensurados em alguma medida, sendo o principal exemplo, a materialidade.
- (D) Não podem ser utilizados critérios que não possam ser associados a todos os objetos de auditoria, de modo a ser viável a compatibilidade entre objetos.

35

Na definição do escopo dos trabalhos de auditoria devem ser considerados os riscos identificados e os controles internos chave, sendo estes os que, em uma situação de risco inerente alto, atuam para que o risco residual seja baixo.

Considere na tabela a seguir dois processos de trabalho, os quais foram avaliados quanto ao risco mediante uma gradação definida por uma matriz 5x5, tendo, por menor valor, 1, e, maior, valor 25, e corrigida por um fator de risco residual decrescente (1; 0,8; 0,6; 0,4 e 0,2):

Processo de Trabalho	Risco Inerente	Fator de Risco Residual
A	20	0,2
B	16	1

A partir dos dados da tabela, assinale a afirmativa correta.

- (A) No caso do processo de trabalho A, prevalecerão testes de controle.
- (B) No caso do processo de trabalho B, prevalecerão testes de controle.
- (C) No caso do processo de trabalho A, prevalecerão testes de substantivos.
- (D) No caso do processo de trabalho B, consideram-se os controles efetivos e eficazes.

36

O método de amostragem é empregado para a obtenção de informações sobre o todo (universo), a partir da investigação de apenas uma parte dos elementos desse todo (amostra). É bastante útil em situações em que a execução do censo é inviável ou antieconômica e a informação obtida da amostra é suficiente para atender aos objetivos pretendidos.

Quanto à ***amostragem*** na auditoria governamental, assinale a afirmativa ***incorreta***.

- (A) O objetivo da utilização de amostragem em trabalhos de auditoria é obter uma base razoável dentro dos critérios e objetivos estabelecidos, para fazer afirmações válidas a respeito de características do universo do qual a amostra foi selecionada.
- (B) A amostragem probabilística baseia-se em critérios matemáticos e exige que a amostra selecionada apresente um comportamento mensurável em termos das leis de probabilidade.
- (C) Na amostragem não-probabilística, a seleção é feita por critérios pessoais decorrentes da experiência profissional do auditor e do seu conhecimento do setor em exame, sendo o resultado generalizado para todo o universo.
- (D) A escolha do tipo de amostragem é determinada pela finalidade do procedimento de auditoria, devendo ser considerado também o dever de fornecer informação baseada em evidência suficiente e apropriada, e a necessidade de reduzir ou administrar o risco de chegar a conclusões inapropriadas.

37

Quanto aos elementos básicos da auditoria governamental, analise as afirmativas a seguir.

- I. As *evidências de auditoria* são as informações coletadas, analisadas e avaliadas pelo auditor para apoiar os achados e as conclusões do trabalho de auditoria. Constituem meio de informação ou de prova para fundamentar a opinião da equipe de auditoria e, ao mesmo tempo, reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável.
- II. O *ceticismo profissional* permite ao auditor reconhecer que podem existir circunstâncias que façam com que a informação sobre o objeto de auditoria contenha distorções relevantes.
- III. O *juízo profissional* permite ao auditor avaliar se as evidências possuem os atributos necessários para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitável. O exercício do juízo profissional, em qualquer caso, deve estar fundamentado em fatos e circunstâncias que são conhecidos pelo auditor.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.

38

Leia o trecho a seguir.

O registro dos benefícios do controle é fundamental para evidenciar a importância do órgão de controle na Administração Pública, à medida que demonstra o quanto a atuação integrada das funções de controle, em especial, da atividade de auditoria interna, contribui para o aperfeiçoamento da Gestão Pública. Esse registro possibilita ainda uma prestação de contas à sociedade dos resultados alcançados e, conseqüentemente, dos recursos empregados na atividade de controle e, não menos importante, serve como ferramenta motivacional para os auditores de controle interno, que têm a oportunidade de ver o impacto positivo de sua atuação no aprimoramento da Gestão Pública.

Manual de Contabilização de Benefícios da Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte.

Com base no trecho acima e na Portaria CTGM 022/2018, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) *Benefício financeiro* é aquele passível de representação monetária e demonstrado por documentação comprobatória, podendo ser classificado como rendimento, ágio ou ganho de capital.
- (B) *Benefício qualitativo* é aquele não passível de representação monetária, que resulta do impacto positivo na gestão de forma estruturante, tal como melhoria gerencial, melhoria nos procedimentos de controle interno, aprimoramento de normativos e processos.
- (C) *Benefício potencial* é aquele decorrente de orientação e/ou recomendação cujo cumprimento, pela unidade auditada, ainda não foi verificado.
- (D) *Benefício efetivo* é aquele concretizado em decorrência das ações de controle interno, com real impacto na gestão pública.

39

Quanto à Política Municipal de Integridade Pública, estabelecida pelo Decreto Municipal nº 18.337/2023, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública é considerada conflito de interesses.
- (B) A Política Municipal de Integridade Pública tem, como objetivo, fortalecer a imagem e a reputação da Administração Pública, promovendo a confiança e o respeito da população pelas instituições municipais
- (C) A Controladoria-Geral do Município, como órgão central, e as comissões de ética e instâncias de integridade dos órgãos e entidades compõem o Sistema Municipal de Integridade Pública.
- (D) É responsabilidade da Controladoria-Geral do Município, como órgão central, promover, no mínimo anualmente, a revisão dos planos de integridade dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal.

40

O Art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública e estabelece um rol de atos considerados lesivos à Administração Pública.

No âmbito do município de Belo Horizonte essa norma de índole nacional é regulamentada pelo Decreto nº 16.954/2018.

Quanto a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à Administração Pública Municipal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A apuração dos atos lesivos será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- (B) Cabe à autoridade máxima de cada órgão científico a Subcontroladoria de Transparência e Prevenção da Corrupção sobre a possível ocorrência de ato lesivo por meio de comunicação formal.
- (C) A investigação preliminar constitui procedimento de caráter sigiloso e punitivo, destinado à apuração de indícios de autoria e materialidade de ato lesivo à Administração Pública.
- (D) Cabe somente ao Controlador-Geral do Município celebrar acordos de leniência com pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos.

GRUPO 3 - CONHECIMENTOS

ESPECIALIZADOS

Direito Administrativo Geral e Sancionador

41

Maria verificou que as autoridades administrativas competentes quedaram-se inertes, após tomarem conhecimento de que a sociedade empresária Ciano praticou ato lesivo à Administração Pública Municipal, nos termos do Art. 5º, inciso III, da Lei nº 12.846/13, conduta essa realizada há cerca de quatro anos.

Em razão disso, ela passou a perquirir se ainda seria possível a aplicação das sanções administrativas previstas no Art. 6º da mencionada norma à pessoa jurídica em questão, com base no respectivo Diploma Legal.

Sobre a hipótese narrada, assinale a opção que apresenta, corretamente, a conclusão a que Maria chegou.

- (A) O processo administrativo de responsabilização constitui fase antecedente e preparatória para o ajuizamento de eventual ação de responsabilização judicial, da qual deve resultar a aplicação das mencionadas penalidades administrativas.
- (B) As aludidas sanções administrativas poderão ser aplicadas nas ações ajuizadas pelo Ministério Público para fins de responsabilização judicial, sem prejuízo de outras previstas na norma em questão, desde que constatada a omissão das autoridades competentes para promover a responsabilização administrativa.
- (C) A Administração não pode mais buscar a responsabilização administrativa pelo ilícito em questão, em decorrência da prescrição da pretensão punitiva na respectiva seara, de modo que apenas seria possível a responsabilização na esfera judicial.
- (D) A aplicação das aludidas sanções administrativas, que incluem a suspensão das atividades e dissolução da pessoa jurídica, independem de pronunciamento judicial, sendo ainda possível a sua aplicação após o devido processo administrativo de responsabilização.

42

Acerca das demandas que têm como objetivo a responsabilização civil do Estado e de seus agentes, à luz do disposto no Art. 37, § 6º, da CRFB/88, da doutrina e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

- (A) O aludido dispositivo consagra a teoria do risco integral, segundo a qual, o Estado deve ser responsabilizado objetivamente pelos prejuízos causados pelos seus agentes.
- (B) A culpa concorrente da vítima não caracteriza excludente do nexo de causalidade, mas reflete-se no montante a ser fixado a título de indenização.
- (C) Caso o Estado seja objetivamente responsabilizado pelos prejuízos ocasionados por seus agentes, não há prazo para o ressarcimento ao erário em sede de ação regressiva, que depende da comprovação do elemento culpa.
- (D) Nas situações em que vítima opta por ajuizar a ação de responsabilidade civil em face do Estado e do agente público, concomitante, há de ser verificado o elemento culpa para a caracterização do dever de indenizar.

43

Odorico, ex-prefeito do Município *Imaginário*, em agosto de 2018, dolosamente, praticou ato proibido em lei ou regulamento, que estava elencado entre as condutas de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública, no Art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429/92, que foi revogado pela Lei nº 14.230/2021.

A respectiva ação de improbidade foi ajuizada em dezembro de 2020, sendo certo que a petição inicial buscou apenas a aplicação das penalidades com base no mencionado dispositivo, sem requerer eventual condenação por ato de improbidade que importou em enriquecimento ilícito ou que ocasionou lesão ao erário.

Após os trâmites processuais, semana passada, transitou em julgado a decisão condenatória que, de forma proporcional, aplicou as sanções pleiteadas na exordial, a partir da subsunção da conduta de Odorico exclusivamente ao disposto no Art. 11 da Lei nº 8.429/92.

Diante dessa situação hipotética, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A revogação promovida pela norma alteradora não poderia retroagir para beneficiar a situação de Odorico, na medida em que a ação foi ajuizada antes da entrada em vigor do respectivo diploma legal.
- (B) A inovação legislativa não poderia beneficiar a situação de Odorico, considerando que a aplicação imediata dos novos ditames legais se restringe às condutas culposas, não podendo abarcar as dolosas.
- (C) A revogação realizada pelo novel diploma Legal em nada poderia alterar a situação de Odorico, diante da viabilidade de enquadramento de sua conduta no *caput* de tal dispositivo, pois o rol dos atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública permanece exemplificativo.
- (D) A modificação normativa deveria beneficiar a situação de Odorico, considerando que o novo diploma passou a estabelecer um rol taxativo para os atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública e que a inicial inviabiliza o seu reenquadramento em outra hipótese prevista na respectiva lei.

44

Fabiana ocupa cargo exclusivamente em comissão, destinado à atribuição de assessoramento, e acabou de descobrir que está grávida, razão pela qual está muito preocupada com a sua situação funcional.

Diante do aludido contexto, à luz das normas constitucionais acerca dos servidores públicos e da orientação do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, assinale a afirmativa correta.

- (A) Fabiana deve ter assegurada a estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto, não obstante as peculiaridades atinentes aos cargos em comissão.
- (B) Fabiana adquire a garantia da estabilidade assegurada aos servidores que preenchem tal requisito, após três anos de efetivo exercício no cargo em comento.
- (C) Fabiana goza da garantia da estabilidade no serviço público, mas não no cargo que ocupa, tendo em vista que apenas os servidores efetivos podem ocupar cargo em comissão.
- (D) Por se tratar de cargo de livre nomeação e exoneração, caso Fabiana não tenha realizado concurso e alcançado a estabilidade em decorrência de cargo efetivo, a ela não pode ser assegurada a estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto.

45

No exercício de suas atribuições como Auditor de Controle Interno do Município de Belo Horizonte, Bruno verificou que o servidor Nelson praticou conduta tipificada como crime de abuso de autoridade, nos termos da Lei nº 13.869/2019. Em razão disso, há, em curso, um processo administrativo-disciplinar e uma ação criminal para fins de responsabilização em decorrência do mesmo fato.

Com relação à viabilidade de a sentença penal na situação descrita fazer coisa julgada na esfera administrativo-disciplinar, nos termos do mencionado Diploma Legal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Apenas a sentença penal condenatória é passível de fazer coisa julgada na esfera administrativo-disciplinar.
- (B) Todas as sentenças absolutórias são passíveis de fazer coisa julgada na esfera administrativo-disciplinar.
- (C) Nenhuma sentença penal absolutória é passível de fazer coisa julgada na esfera administrativo-disciplinar.
- (D) A sentença penal absolutória que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito é passível de fazer coisa julgada na esfera administrativo-disciplinar.

46

Caso o Município de Belo Horizonte deseje realizar a locação de um bem imóvel para o funcionamento de determinado órgão administrativo que realizará atendimento ao público, a fim de melhor atender às necessidades da coletividade, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) os ditames da mencionada norma não são aplicáveis para a contratação almejada, considerando que a locação se submete, exclusivamente, às normas de direito privado.
- (B) a licitação será dispensável nas hipóteses de locação de bem cujas características de instalação e de localização tornem necessária a sua escolha, desde que atendidos os demais requisitos legais.
- (C) se houver a possibilidade de compra ou de locação do bem pretendido, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.
- (D) ainda que exista mais de um bem que atenda ao interesse da Administração, há necessidade apenas de avaliação prévia, na medida em que a licitação é dispensada para a locação, diante da discricionariedade assegurada para a contratante na respectiva escolha.

47

Em decorrência da diminuição da carga tributária sobre determinada atividade, que não versa sobre impostos sobre a renda, os gestores do Município *Alfa* estão pesquisando a possibilidade de revisão para menos das tarifas de determinado serviço público concedido, cujo contrato foi impactado pela aludida alteração, após a apresentação da respectiva proposta.

Paralelamente, o Prefeito do Município *Beta* fez publicar um Decreto conferindo uma série de novas gratuidades relacionadas ao serviço de transporte público na localidade, sem respaldo em lei e sem a previsão da respectiva fonte de custeio.

Considerando as situações descritas e o regime jurídico das concessões de serviço público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não é cabível a alteração das tarifas pelos entes federativos em nenhuma das duas situações, salvo se houver previsão nas respectivas avenças, diante da força obrigatória dos contratos.
- (B) A comprovação do impacto da alteração na carga tributária, após a apresentação da proposta, com relação ao Município *Alfa* deve implicar na redução da tarifa para menos.
- (C) As gratuidades concedidas pelo Município *Beta*, por serem medidas em prol da coletividade, ficam ressalvadas da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- (D) As concessionárias em ambos os casos são obrigadas a aceitar eventual impacto econômico resultante das mencionadas situações, em decorrência da alteração unilateral do contrato ser uma prerrogativa consagrada pela lei para os entes federativos contratantes.

48

No exercício da autotutela, ao analisar a validade de certos atos administrativos no âmbito do Município de Belo Horizonte, foram verificadas as situações a seguir.

- I. Determinada autoridade competente praticou ato para implementar objetivo distinto daquele previsto em lei.
- II. Com vistas a auxiliar colegas que estavam assoberbados de trabalho, certo servidor público, de boa-fé, praticou atos vinculados que extrapolavam a sua órbita de competência e surtiram efeitos favoráveis a terceiros.

Considerando as situações narradas, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambas as hipóteses apresentam vício no objeto que não é passível de convalidação.
- (B) Ambas as hipóteses podem ser enquadradas como abuso de poder, que é passível de convalidação em qualquer caso.
- (C) Na hipótese II é cabível considerar o servidor como agente de fato, devendo o ato ser convalidado pela Administração.
- (D) Na hipótese I houve a caracterização de excesso de poder, que não é passível de convalidação.

49

Armando invadiu determinado imóvel há cerca de vinte anos, nele construindo a moradia de sua família, assim como uma pequena plantação, da qual retira sua subsistência, de modo que, em tese, teria preenchido os requisitos para a usucapião de tal bem.

Ocorre que o aludido imóvel é de propriedade do Município *Delta*, que pretende retomar o bem indevidamente ocupado por Armando.

Diante dessa situação hipotética, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca dos bens públicos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Diante do preenchimento dos respectivos requisitos, houve a aquisição do bem público em questão por Armando por meio da usucapião, de modo que o Município *Delta* não poderá retomá-lo.
- (B) O bem público em questão não poderia ser adquirido por Armando por meio de usucapião, mas a ele é reconhecida a proteção possessória em face do Município *Delta*.
- (C) A ocupação indevida de Armando configura mera detenção do bem público do Município *Delta*, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- (D) Não é reconhecida a posse de Armando sobre o imóvel em apreço, mas a ele é assegurado o direito de retenção em face do Município *Delta*, até o pagamento da indenização que lhe é devida.

50

Naiara leu uma reportagem sobre a paralisação de certa atividade administrativa, em decorrência de greve realizada por servidores civis, integrantes da carreira de auditores fiscais do Município *Alfa*, que exercem atividade sancionatória.

Segundo a orientação dos Tribunais Superiores acerca da matéria, ela concluiu corretamente que

- (A) o direito de greve não é assegurado aos servidores públicos enquanto não for editada lei específica que viabilize o princípio da continuidade do serviço público, de modo que o Poder Público deve descontar os dias parados e não poderá promover a compensação por acordo.
- (B) o direito de greve é reconhecido aos servidores públicos em questão, sendo certo que o Poder Público deve descontar os dias parados caso a greve não decorra de ato ilícito da Administração, permitida a compensação em caso de acordo, em virtude a suspensão do vínculo funcional que dela decorre.
- (C) há impossibilidade absoluta do exercício do direito de greve para os servidores públicos em questão, considerando que realizam atividade de polícia, em razão do que há viabilidade de demissão daqueles que aderiram ao movimento grevista, para além do desconto dos dias parados;
- (D) o direito de greve é reconhecido para os servidores em questão, mas eventual impossibilidade de obtenção dos registros acerca dos dias trabalhados ou das horas compensadas constitui óbice intransponível para que o Poder Público possa descontar os dias parados daqueles que aderiram ao movimento grevista.

51

No exercício de suas atribuições como agente da licitação, Rosângela foi questionada acerca dos princípios elencados na Lei nº 14.133/2021, bem como quanto aos objetivos do procedimento licitatório, na forma do mencionado Diploma Legal.

Diante de tal questionamento, Rosângela respondeu corretamente, que

- (A) o desenvolvimento sustentável é um dos princípios expressamente consagrados na norma em questão, cujo incentivo é elencado como objetivo do procedimento licitatório.
- (B) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, é um importante princípio da norma em questão, mas não pode ser considerado um dos objetivos do procedimento licitatório.
- (C) para a concretização do princípio da eficiência, é um objetivo da licitação a acumulação de funções no âmbito do respectivo procedimento, com vistas à sua otimização.
- (D) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, independentemente do ciclo de vida do objeto, é um dos objetivos relevantes do procedimento licitatório, sendo elencado também como um de seus princípios.

52

Ao estudar para o concurso público para o cargo de Auditor de Controle Interno do Município de Belo Horizonte, Josélia decidiu se aprofundar no ponto atinente à teoria do órgão e sua aplicação no Direito Administrativo, assim como aquelas que buscam explicar a relação entre o Estado e os agentes públicos responsáveis pela manifestação da vontade estatal.

Diante de tais circunstâncias, Josélia concluiu corretamente que, no ordenamento pátrio, prevalece

- (A) a *teoria da imputação volitiva*, segundo a qual vontade do agente público que integra o órgão, que não é dotado de personalidade jurídica, é imputada à respectiva pessoa estatal;
- (B) a *teoria da desconsideração da personalidade jurídica*, pois a vontade manifestada pelo agente é atribuída à pessoa estatal e não aos órgãos que a integram, que são despersonalizados.
- (C) a *teoria do mandato*, segundo a qual o agente público é considerado mandatário do Estado, notadamente diante da personalidade jurídica que é reconhecida aos órgãos que compõem a respectiva estrutura.
- (D) a *teoria da representação*, na medida em que o agente público é, na realidade, um representante do Estado e de seus respectivos órgãos, que integram ente federativo apesar de sua personalidade jurídica.

53

Após o devido processo legal, apurou-se que a sociedade empresária *Magenta* praticou conduta que caracteriza ato lesivo à Administração Pública.

Assim, a aplicação das sanções pertinentes, à luz do disposto da Lei nº 12.846/2013, deve levar em consideração

- (A) a gravidade da infração, a consumação ou não da infração, o efeito negativo por ela produzido, além do grau de instrução dos acionistas da pessoa jurídica, entre outros aspectos relevantes.
- (B) a gravidade da infração, a consumação ou não da infração, o grau de lesão ou perigo de lesão, a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, entre outros aspectos relevantes.
- (C) a gravidade da infração, a consumação ou não da infração, a vantagem auferida, independentemente daquela que foi pretendida pelo infrator, o efeito negativo produzido pela infração, entre outros aspectos relevantes;
- (D) a gravidade da infração, a consumação ou não da infração, a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, o grau de lesão ou perigo de lesão, não podendo, contudo, ser considerado o valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados, dentre outros aspectos relevantes.

54

Certo Município realizou concurso público para o preenchimento de cargos efetivos no âmbito da auditoria interna, cujo edital previa a existência de 10 (dez) vagas. O certame transcorreu regularmente, sendo certo que, após a sua homologação, existiam 15 (quinze) candidatos aprovados e devidamente classificados.

Ocorre que o mencionado ente federativo, em decorrência de circunstâncias supervenientes, excepcionais e graves, não realizou a pronta nomeação e posse dos candidatos aprovados no prazo de validade inicial do concurso, que era de dois anos, prorrogando-o por igual período, sob a motivação da necessidade de realização da investidura em momento mais oportuno para o interesse público.

Diante dessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previsto no edital têm mera expectativa de direito com relação à sua nomeação e posse, que se submete à discricionariedade da Administração quanto ao momento da investidura, mesmo após o transcurso do respectivo prazo de validade prorrogado.
- (B) Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previsto no edital têm direito subjetivo à nomeação e posse durante o prazo de validade do certame, inexistindo, por conseguinte, discricionariedade para a Administração com relação ao momento em que promoverá as respectivas investiduras.
- (C) Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previsto no edital têm mera expectativa de direito com relação à sua nomeação e posse durante o prazo de validade inicial do certame, em relação ao qual há discricionariedade da Administração acerca do momento mais oportuno, que se convola em direito subjetivo à imediata investidura após a prorrogação.
- (D) Os candidatos aprovados dentro do número de vagas previsto no edital têm direito subjetivo à nomeação e posse, mas a Administração tem discricionariedade para decidir o momento mais oportuno para realizar as investiduras, razão pela qual eles devem aguardar o transcurso do prazo de validade, ainda que prorrogado, para exigir em Juízo os respectivos provimentos.

55

Em novembro de 2022, João, enquanto era prefeito do Município *Delta*, praticou dolosamente crime de responsabilidade, em razão do que foi instaurado o procedimento de *impeachment*, com fulcro no Decreto-Lei nº 201/1967, que, após os devidos trâmites, ensejou a cassação do seu mandato.

Considerando que tal conduta também caracteriza ato de improbidade administrativa que ocasionou lesão ao respectivo erário, o agente competente em âmbito municipal, no início de 2024, foi instado a se manifestar acerca da viabilidade do ente federativo buscar a respectiva responsabilização de João pelos mesmos fatos.

O referido agente se pronunciou no sentido de que de que o Município não poderia atuar em tal sentido sob os seguintes fundamentos: a) as alterações promovidas na Lei nº 8.429/92 pela Lei nº 14.230/2021 retiraram do ente federativo a legitimidade para o ajuizamento da respectiva ação improbidade e; b) a existência de processo por crime de responsabilidade impede que seja buscada a responsabilização por improbidade do prefeito cassado.

Diante dessa situação hipotética, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambos os argumentos invocados estão de acordo com a orientação do Pretório Excelso, diante da constitucionalidade da alteração legislativa que conferiu legitimidade exclusiva para o Ministério Público em tal situação e da impossibilidade de os agentes políticos responderem por improbidade quando a conduta caracteriza crime de responsabilidade, sob pena de *bis in idem*.
- (B) Apenas o argumento invocado atinente ao procedimento de *impeachment* está de acordo com a orientação do Pretório Excelso, na medida em que o processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa.
- (C) Somente o argumento invocado atinente à legitimidade exclusiva do Ministério Público para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa está de acordo com a orientação do Pretório Excelso, diante da constitucionalidade da restrição imposta pela mencionada alteração legislativa.
- (D) Ambos os argumentos invocados destoam da orientação do Pretório Excelso, em razão da inconstitucionalidade da alteração legislativa que restringiu ao Ministério Público a possibilidade de ajuizamento da ação de improbidade e em virtude da autonomia das instâncias de responsabilização do Prefeito.

56

Após realizar o devido procedimento licitatório, que resultou na formalização de um contrato para a realização de uma obra de infraestrutura, que não corresponde à reforma de edifício, realizada com fulcro na Lei nº 14.133/2021, o Município *Alfa*, mediante os devidos estudos e apontamento das justificativas pertinentes, entendeu ser necessário promover a alteração unilateral do respectivo contrato, para modificar suas especificações, com vistas a promover a melhor adequação técnica a seus objetivos, o que importará em um acréscimo de 20% (vinte por cento) do valor inicial atualizado da avença.

Sobre o caso, à luz do mencionado Diploma Legal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contratado não é obrigado a aceitar o acréscimo determinado, o qual apenas poderá ser realizado por acordo entre as partes, ainda que mantidas as condições contratuais.
- (B) O contratante não pode realizar a aludida alteração unilateral, na medida em que ultrapassa o limite de acréscimo para os contratos de obra autorizados pela lei.
- (C) Não há impedimento para que o contratante efetue a referida alteração unilateral, ainda que ela seja passível de transfigurar o objeto do contrato.
- (D) Ao realizar a alteração unilateral em apreço, o contratante deverá promover, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

57

No exercício de suas atribuições em cargo efetivo do Município *Sigma*, que não possui legislação própria acerca de processo administrativo, Joana foi instada a analisar as situações em que haveria a viabilidade de se promover a delegação ou a avocação das competências previstas em lei.

Sobre a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Para cessar determinada delegação devidamente formalizada, a autoridade competente deve promover a respectiva avocação.
- (B) Caso a delegação de competência seja regularmente efetuada, considera-se que o ato foi praticado pela autoridade delegante, a quem a lei confere originariamente atribuição para a sua realização.
- (C) A delegação de competência não exige a subordinação hierárquica entre os agentes, a qual, não obstante, é necessária para as hipóteses de avocação.
- (D) A motivação ou devida justificação é necessária para a delegação de competência, mas não para promover a avocação.

58

José é servidor público estável de certo ente federativo e, após o respectivo processo administrativo disciplinar, foi demitido, em decorrência da prática de falta funcional grave, punível com a aludida sanção nos termos do respectivo estatuto.

Inconformado com a mencionada penalidade, José ajuizou ação com vistas a obter a sua anulação sob o fundamento de que houve excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar. Eventualmente, pleiteou aplicação de sanção mais branda, diante da possibilidade de o Poder Judiciário substituir a Administração na aplicação da penalidade, em decorrência de seu prévio histórico funcional.

Considerando as alegações formuladas por José, à luz do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há restrição ao controle promovido pelo Poder Judiciário que poderá discricionariamente substituir a penalidade aplicada à José na situação descrita, pois não há qualquer vedação que inviabilize a sua incursão no mérito administrativo.
- (B) O controle jurisdicional apenas pode analisar a regularidade do procedimento, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, de modo que a sanção aplicada a José deve ser anulada em razão do fundamento atinente ao excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar, independentemente da existência de prejuízo para a defesa.
- (C) Apesar da falta funcional praticada por José ensejar a penalidade de demissão, nos termos do respectivo estatuto, sempre há margem de discricionariedade para a aplicação de penalidade mais branda em decorrência do histórico funcional do servidor, de modo cabe ao Judiciário substituir a Administração Pública para fins de aplicar penalidade mais branda.
- (D) O controle jurisdicional provocado por José restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada, que não restaram evidenciadas na situação descrita.

Direito Tributário e Penal

59

Uma organização religiosa, proprietária de seu local de culto (templo) no Município *Alfa*, precisou alugar uma sala comercial para funcionamento de seu escritório administrativo.

No contrato de locação, está dito que o valor do IPTU incidente sobre o imóvel será reembolsado pelo locatário ao locador. A organização religiosa, por entender que era imune, entregou ao locador todos os documentos comprobatórios de sua imunidade e pediu que ele requeresse junto à Fazenda Municipal, o reconhecimento da imunidade de IPTU da sala comercial, enquanto o imóvel estivesse alugado para ela. O pedido administrativo foi negado pelo Fisco municipal.

Sobre a decisão do Fisco municipal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Agiu corretamente, uma vez que o imóvel alugado é de propriedade da pessoa física, que não é entidade imune.
- (B) Agiu corretamente, uma vez que o imóvel alugado não está sendo usado como templo, mas sim como escritório administrativo da organização religiosa.
- (C) Agiu incorretamente, já que as entidades imunes, quando são possuidoras a qualquer título por locação, fazem jus à imunidade tributária de IPTU.
- (D) Agiu incorretamente, já que, embora a organização religiosa não seja contribuinte de direito, faz jus a não incidência de IPTU sobre imóvel locado usado para suas finalidades essenciais.

60

A sociedade empresária *Alfa* adquiriu, extrajudicialmente, fundo de comércio da sociedade empresária *Beta*. A sociedade empresária *Alfa* continuou a exploração desse fundo de comércio adquirido, mas agora sob outra razão social. A sociedade alienante *Beta* não foi extinta, mas apenas suspendeu, temporariamente, suas atividades. Passados cinco meses da alienação do fundo de comércio, a sociedade empresária *Beta* retomou uma nova atividade empresarial, em outro ramo de comércio.

Acerca desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) *Alfa* responde em primeiro lugar pelos tributos relativos ao fundo de comércio adquirido, devidos até à data do ato de aquisição, e *Beta* responde apenas subsidiariamente pelos referidos tributos.
- (B) *Beta* responde em primeiro lugar pelos tributos relativos ao fundo de comércio alienado, devidos até à data do ato de alienação, e *Alfa* responde apenas subsidiariamente pelos referidos tributos.
- (C) *Alfa* responde integralmente pelos tributos relativos ao fundo de comércio adquirido, devidos até à data do ato de aquisição, com exclusão da responsabilidade tributária de *Beta*.
- (D) *Beta* responde integralmente pelos tributos relativos ao fundo de comércio alienado, devidos até à data do ato de alienação, com exclusão da responsabilidade tributária de *Alfa*.

61

Segundo o esquema constitucional de repartição de receitas tributárias em favor dos Municípios, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Pertencem aos Municípios 65% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.
- () Pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- () Pertencem aos Municípios 20% do produto da arrecadação dos impostos residuais da União.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – F.

62

Acerca do conceito de prescrição em matéria tributária, assinale a afirmativa correta.

- (A) A prescrição tributária fulmina o próprio crédito tributário.
- (B) A prescrição tributária extingue o direito de ação para a cobrança do crédito tributário, mas não o próprio crédito tributário.
- (C) O devedor, que pagou espontaneamente dívida tributária prescrita, não pode pedir a restituição do valor pago.
- (D) A prescrição tributária atinge o direito de o Fisco constituir o crédito tributário pelo lançamento.

63

Desde a Lei Complementar nº 118/2005, cada ente federado deve, por lei específica própria, dispor sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial. O Município *Alfa* ainda não promulgou tal lei específica.

Ao receber o pedido de parcelamento de créditos tributários municipais de uma sociedade empresária em recuperação judicial, o Município *Alfa* deverá aplicar

- (A) supletivamente, a lei federal de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial em sua integralidade.
- (B) supletivamente, a lei estadual de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial em sua integralidade.
- (C) as leis gerais municipais de parcelamento de dívidas tributárias, não podendo ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei federal específica de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.
- (D) as leis gerais municipais de parcelamento de dívidas tributárias, não podendo ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei estadual específica de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

64

O Município *Alfa* recebeu pedido extrajudicial de Estado estrangeiro acerca de informações tributárias envolvendo o ITBI e transações imobiliárias ocorridas no território municipal referentes a certa sociedade empresária com filial no Brasil, mas sediada no Estado estrangeiro.

O Estado estrangeiro informou, em carta ao Prefeito municipal, que existem graves indícios de delitos financeiros graves de sonegação fiscal cometidos por tal sociedade empresária e que envolveriam também os recursos utilizados para aquisições imobiliárias no Município *Alfa*.

Diante desse cenário, à luz do Código Tributário Nacional, o Município *Alfa*

- (A) por ausência de previsão legal, não pode prestar tais informações tributárias ao Estado estrangeiro diretamente.
- (B) somente mediante convênio firmado entre si e o Estado estrangeiro, pode prestar tais informações tributárias ao Estado estrangeiro diretamente.
- (C) poderá prestar tais informações tributárias ao Estado estrangeiro diretamente, independentemente da assinatura de convênio.
- (D) não poderá prestar tais informações tributárias ao Estado estrangeiro diretamente, pois ausente a autorização da Assembleia Legislativa do Estado em que o Município está situado.

Direito Penal

65

Sobre os crimes contra as finanças públicas (Lei nº 10.028/2000), analise as disposições a seguir.

- I. Configura crime o ato de ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa, excetuando-se os fatos ocorridos no último ano do respectivo mandato.
- II. Comete crime o agente que autoriza a assunção de obrigação, no último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa somente possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha suficiente disponibilidade de caixa.
- III. Caracteriza crime a ordenação ou autorização da inscrição de despesa em restos a pagar, desde que a mesma não tenha sido previamente empenhada ou exceda limite estabelecido em lei.

Está correto o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, apenas.

66

Sobre os crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/1990), assinale a afirmativa correta.

- (A) O empregador que deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação, salvo se a quantia for utilizada para pagar salários de empregados ou dividendos aos sócios minoritários, observado o limite legal, pratica crime contra a ordem tributária.
- (B) O agente que concorre para os crimes contra a ordem tributária definidos na referida lei, incide nas penas a estes cominadas na medida de sua culpabilidade, inclusive quando praticados por meio de pessoa jurídica.
- (C) Os crimes contra a ordem tributária previstos na referida lei são formais e, portanto, prescindem da constituição definitiva do crédito tributário para viabilizar a persecução penal, razão pela qual o encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público somente é possível após o início do processo administrativo-fiscal.
- (D) As instâncias administrativo-tributária e penal são independentes para fins de apuração e aplicação das suas normas específicas, exceto nas hipóteses de absolvição por inexigibilidade de conduta diversa, prevalecendo, nesse caso, a decisão prolatada na esfera extrajudicial.

67

Um determinado juiz atuante em Vara Criminal determinou a busca e apreensão de automóvel particular blindado, sendo este pertencente a réu acusado em caso de corrupção que resultou em vultoso desvio de recursos públicos.

O magistrado, como vinha recebendo ameaças de morte, resolveu unilateralmente se apropriar de tal bem e passou a utilizar o veículo somente para seus deslocamentos ao trabalho. Contudo, após se remover para uma Vara Cível, o juiz passou a também utilizar o veículo para ir aos jogos de futebol do seu clube preferido.

Diante da situação narrada, é correto afirmar que o juiz praticou o crime de

- (A) excesso de exação.
- (B) corrupção passiva.
- (C) peculato.
- (D) usurpação de função pública.

68

Com o objetivo de ingressar no baile matinê organizado pelo clube de sua cidade, no qual somente era permitida a entrada de adolescentes de 15 a 17 anos, João, cidadão de 29 anos de idade, reincidente na prática de pedofilia (na espécie delitiva descrita no Art. 241-A da Lei nº 8.069/90), colocou nova data de nascimento em sua carteira de identidade, sendo preso em flagrante ao apresentar o documento adulterado na entrada do baile.

No que diz respeito aos crimes contra a fé pública, é correto afirmar que João praticou o(s) crime(s) de

- (A) estelionato, para fins de pedofilia.
- (B) falsa identidade.
- (C) uso de documento falso.
- (D) estelionato e falsificação ideológica, por ser reincidente.

69

Quanto ao conflito aparente de normas penais, analise as disposições a seguir.

- I. O *princípio da especialidade* determina que o tipo penal específico prevalece sobre o tipo penal de caráter geral.
- II. O *princípio da consunção* implica na absorção de um delito por outro, não sendo aplicável aos casos de crime progressivo, crime complexo, progressão criminosa, fato posterior não punível e fato anterior não punível.
- III. Os *requisitos* do conflito aparente de normas são os seguintes: pluralidade de condutas, relevância causal das condutas e liame subjetivo entre os agentes.

Está correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.

70

Sobre o *dolo* e a *culpa* na teoria do crime, assinale a afirmativa correta.

- (A) O dolo direto de segundo grau abrange os efeitos colaterais decorrentes do meio eleito pelo agente para atingir o resultado criminoso.
- (B) Na hipótese de dolo eventual, o agente não representa o resultado típico como possível, mas se conforma com a ocorrência dele. Já na hipótese de culpa consciente, o agente representa o resultado típico como possível e não desconfia que o mesmo ocorrerá.
- (C) A punição a título de culpa depende da análise das circunstâncias do caso concreto, sendo prescindível a previsão expressa no tipo legal.
- (D) Por força da teoria da imputação objetiva, uma vez não observado o cuidado devido, o agente é punível por crime culposos caso se envolva em evento penalmente típico, que se verificaria ainda que a diligência devida tivesse sido adotada.

Direito Constitucional

71

O Presidente da República editou a Medida Provisória nº Y, disciplinando alguns aspectos do contrato de compra e venda de semoventes, estabelecendo ainda as garantias passíveis de serem exigidas para a sua celebração. A iniciativa decorreu do fato de haver profunda discordância em relação ao teor do Projeto de Lei nº X, que fora aprovado pelo Congresso Nacional e estava pendente de sanção pelo Chefe do Poder Executivo.

Irresignado com o teor da Medida Provisória nº Y, o Partido Político *Beta* solicitou que sua assessoria analisasse a sua compatibilidade com a Constituição da República, sendo-lhe corretamente respondido que o referido ato normativo

- (A) não apresenta qualquer incompatibilidade com a ordem constitucional.
- (B) somente apresenta incompatibilidade com a ordem constitucional em relação ao seu objeto.
- (C) somente apresenta incompatibilidade com a ordem constitucional em relação ao aspecto circunstancial do momento em que foi editada.
- (D) apresenta incompatibilidade com a ordem constitucional tanto em relação ao seu objeto como ao aspecto circunstancial do momento em que foi editada.

72

Pedro, analista de geopolítica, à luz de determinadas situações fáticas ocorridas no território nacional, iniciou a análise das medidas passíveis de serem adotadas para a defesa do Estado e das instituições democráticas.

Em sua análise, refletiu sobre uma providência:

- I. a ser adotada em razão de comoção grave de repercussão nacional;
- II. que não pode se estender por prazo superior a trinta dias, não podendo ser prorrogado, de cada vez, por prazo superior a esse;
- III. cujas respectivas medidas serão acompanhadas por uma Comissão designada pela Mesa do Congresso Nacional.

A providência alvitada por Pedro

- (A) pode ser apenas o estado de sítio.
- (B) pode ser apenas o estado de defesa.
- (C) pode ser o estado de defesa ou o estado de sítio.
- (D) não se compatibiliza com as características constitucionais do estado de defesa e do estado de sítio.

73

Com o objetivo de cumprir compromissos de campanha, o Governador do Estado *Alfa*, logo após a posse, encaminhou projeto de lei complementar, à Assembleia Legislativa, criando órgãos de execução no Ministério Público do referido Estado, com atribuição exclusiva de combater os crimes cibernéticos.

Além disso, informou à população que estabelecera as metas de desempenho a serem observadas pela Instituição no combate à referida espécie de ilícito. Por fim, ressaltou que o cumprimento das referidas metas de desempenho ensejaria a percepção de uma gratificação de produtividade pelos respectivos membros.

Essas três medidas foram amplamente comemoradas por alguns setores da sociedade, mas duramente criticadas por outros, que ressaltavam a sua incompatibilidade com a ordem constitucional.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República de 1988, é correto afirmar, em relação às três medidas adotadas pelo Governador do Estado, que

- (A) todas são inconstitucionais.
- (B) somente a definição das metas de desempenho é inconstitucional.
- (C) somente a apresentação do projeto de lei complementar é compatível com a ordem constitucional.
- (D) somente a definição das metas de desempenho e a percepção da gratificação são inconstitucionais.

74

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Executivo do Município *Alfa*, após exercer regularmente suas funções durante três décadas, buscou se informar em relação ao regime previdenciário em que está enquadrada e à base normativa a ser observada no cálculo dos proventos de aposentadoria.

Ao fim de suas reflexões, Maria concluiu, corretamente, que

- (A) a base normativa a ser utilizada para cálculo dos proventos de aposentadoria é a lei editada por *Alfa*.
- (B) as regras para o cálculo dos proventos de aposentadoria estão previstas na Constituição da República de 1988.
- (C) será enquadrada no regime geral ou no regime próprio de previdência social, conforme a opção realizada no momento do seu ingresso no serviço público.
- (D) está enquadrada no regime geral de previdência social, salvo se o Município possuir ou vier a possuir regime próprio, e a respectiva lei inseri-la nesse regime.

75

João, governador do Estado *Alfa*, consultou um assessor sobre a compatibilidade da implementação de uma política pública com o instituto da ação afirmativa.

Ao ver desse assessor, os traços estruturais desse instituto estão presentes nos itens a seguir.

- I. Funcionalidade de construção da igualdade formal.
- II. Sua necessária continuidade, considerando os objetivos almejados, que se mostram incompatíveis com delimitações temporais.
- III. Sujeição à influência da denominada reserva do possível.

Está correto, na visão do assessor, o(s) item(ns)

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.

76

Joana, estudante de Direito Constitucional, questionou seu professor em relação à correlação dos elementos estruturais do conceito de *cidadania plena*, à sua atribuição à pessoa humana e à forma de fruição.

Considerando os distintos aspectos afetos ao referido conceito, o professor respondeu, corretamente, que

- (A) seus aspectos estruturais se resumem ao direito de participação política efetivado de modo crítico, com pleno reconhecimento da realidade circundante.
- (B) a atribuição e a correlata fruição de seus distintos aspectos pressupõem o alistamento eleitoral perante a estrutura estatal de poder competente.
- (C) abrange o reconhecimento de uma esfera jurídica individual imune à intervenção estatal e à fruição de direitos prestacionais.
- (D) somente está ao alcance dos brasileiros natos, não dos estrangeiros, salvo se residentes no território brasileiro há mais de dez anos.

77

A Associação *Beta* ingressou com representação no âmbito do Ministério Público, descrevendo uma série de atos afrontosos aos direitos sociais, relacionados ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que afetavam os direitos dos trabalhadores. A Associação solicitou, ainda, a promoção das medidas necessárias, de caráter litigioso ou consensual, para que esse estado de injuridicidade fosse superado.

Ao receber a representação, o órgão de execução do Ministério Público concluiu, corretamente, que

- (A) sua atuação estaria circunscrita à proteção de interesses difusos e coletivos, o que não é o caso.
- (B) a instituição tem legitimidade para adotar as medidas necessárias à superação do quadro de injuridicidade.
- (C) a temática abordada versa sobre direitos disponíveis, o que afasta a atribuição do Ministério Público para atuar.
- (D) como *Beta* tem legitimidade para ajuizar a ação civil pública, a representação deve ser indeferida, considerando a ausência de interesse na atuação do Ministério Público.

78

O partido político *Alfa*, com representação no Congresso Nacional, ajuizou ação declaratória de constitucionalidade da Lei federal nº X, sendo o pedido julgado procedente, com o correlato trânsito em julgado.

Ocorre que, na avaliação do diretório nacional do Partido Político *Beta*, aspectos relevantes dos circunstancialismos fáticos não foram devidamente valorados pelo Supremo Tribunal Federal, indicativo de que o acórdão proferido era incompatível com a realidade subjacente à sociedade brasileira.

Ao consultar sua assessoria sobre a possibilidade de ajuizar ação rescisória, uma vez demonstrada a presença dos requisitos exigidos pela lei processual civil, tendo por objeto o referido acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF), foi corretamente informado ao diretório nacional de *Beta* que

- (A) como a decisão não é vinculante para o STF, ela pode ser modificada a qualquer tempo pelo Tribunal, independentemente de ação rescisória.
- (B) por se tratar de processo objetivo, a ação rescisória pode ser ajuizada por qualquer interessado, inclusive *Beta*.
- (C) embora seja cabível, a ação rescisória somente pode ser ajuizada por *Alfa*, parte no processo principal.
- (D) é vedado o ajuizamento de ação rescisória tendo por objeto o acórdão descrito.

79

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº X argumentava-se com a inconstitucionalidade da Lei federal nº Y, tendo o pleno do Supremo Tribunal Federal deferido a medida cautelar requerida pelo respectivo autor.

Considerando os balizamentos oferecidos pela sistemática legal vigente, é correto afirmar que, dessa narrativa, pode ser alcançada a inferência de que o acórdão

- (A) deve produzir efeitos *ex tunc*.
- (B) foi necessariamente antecedido de manifestação dos órgãos dos quais emanou o ato.
- (C) terá eficácia retroativa, se o Tribunal deliberar pela maioria de dois terços de seus membros.
- (D) torna aplicável a legislação anterior acaso existente, o que pode ter sido afastado por manifestação em contrário.

80

Em determinada ação de anulação do crédito tributário, em que se discutia a ocorrência, ou não, do fato gerador do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, o Juiz de Direito, no limiar da linha argumentativa de sua sentença, afirmou que levaria em consideração os aspectos estruturais da metódica concretista de Friedrich Müller.

O posicionamento do magistrado permite concluir que, em seus argumentos,

- (A) os valores subjacentes ao ambiente sociopolítico devem direcionar a compreensão do texto normativo, elastecendo ou comprimindo o seu conteúdo.
- (B) é prestigiada a certeza inerente ao texto normativo, com a separação entre os momentos de criação, afeto ao legislador, e de aplicação do Direito.
- (C) o ambiente sociopolítico deve ser considerado pelo intérprete no processo intelectual que toma por base o texto normativo e deve culminar com a norma.
- (D) o caso concreto deve ser considerado na perspectiva da tópica pura, de modo que o texto normativo irá configurar apenas um dos pontos de vista a serem considerados.

Realização

